



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial de Florestas Plantadas				
Título:	Reunião Ordinária N. 31				
Local:	Auditório da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - Avenida NS 10, 112 Norte, S/N, Plano Diretor Norte, Palmas/TO				
Data da reunião:	15/06/2016	Hora de início:	14:16	Hora de encerramento:	17:30

Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da Reunião e Aprovação da Ata da reunião anterior

14:10 - Avisos e Informações da Presidência e da Secretaria da Câmara:

- Informes dos assuntos tratados na reunião anterior e Relatório ASPAR

14:20 - Esclarecimentos sobre os reflexos da PEC 65 que flexibiliza o processo de licenciamento ambiental - Aldo de Cresci / Consultor da Câmara

14:35 - Esclarecimentos sobre a flexibilização da legislação que proíbe estrangeiros de compras de terras no Brasil - Aldo de Cresci / Consultor da Câmara

14:50 - Riscos fitossanitários para a agricultura brasileira decorrentes da importação irregular de Turfa de Esfagno - Bruno Simões Corrêa

15:10 - Instrução Normativa para a Vespa da Madeira - Edson Tadeu / Embrapa

15:40 - Projeto SIFLOR Cerrado - Prof. Antonio Rioyei Higa / USP

16:10 - TCFA - Taxa Cadastro Fiscalização Ambiental - IBAMA - Mauro Murara / ACR

16:30 - Assuntos Gerais

17:00 - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	WALTER VIEIRA REZENDE	CNA	PR	
2	CAMILA SOARES BRAGA	CNA	PR	
3	ALDO DE CRESCI NETO		PR	
4	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	ACST/MAPA	PR	
5	WILSON GALVÃO ANDRADE	ABAF	PR	
6	CELSO TRINDADE	ABPMF	PR	
7	JULIANA MARA BERTI	ABRAISCA	PR	
8	MAURO MURARA JUNIOR	ACR	PR	
9	JORGE ANTÔNIO HEINECK	AGEFLOR	PR	
10	CESAR AUGUSTO DOS REIS	AMS	PR	
11	GLAUBER SILVEIRA DA SILVA	AREFLORESTA	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

12	FAUSTO HISSASHI TAKIZAWA	AREFLORESTA	PR
13	EDSON TADEU IEDE	EMBRAPA	PR
14	MARCÍLIO CARON NETO	IBÁ	PR
15	SEBASTIÃO RENATO VALVERDE	SIF	PR
16	SIDNEY ALMEIDA FILGUEIRA DE MEDEIROS	SMC/MAPA	PR
17	CARLOS JOSÉ MENDES	APRE	PR
18	MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO	CNI	PR
19	LUCIANA DUQUE SILVA	ESALQ/USP	PR
20	JOÃO PEDRO PACHECO	FLORESTAR	PR
21	BRUNO SIMÕES CORREIA	INPAS	PR
22	FERNANDO CASTANHEIRA	MAPA	PR
23	ROBSON TREVISAN	PAINEL FLORESTAL	PR
24	MOACIR REIS	REFLORE	PR
25	BRENO BARBOSA VILLAS BOAS	SEAGRO/TO	PR
26	CARLOS M. C. CARREIRA	SEAGRO/TO	PR
27	ARLETE LEITE LIMA	SEAGRO/TO	PR
28	JOSÉ AMÉRICO VASCONCELOS	SEAGRO/TO	PR
29	FERNANDO DORLA	SEAGRO/TO	PR
30	JOSÉ ALTAMIRO DA SILVA	SEBRAE	PR
31	ANTONIO HIGA	UFPR	PR

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura da reunião: a 31ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas foi aberta às quatorze horas e dezesseis minutos do dia 15 de junho de 2016, no Auditório da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, Palmas/TO, pelo Presidente da Câmara Walter Vieira Rezende que agradeceu a presença de todos e solicitou que cada um se apresentasse para que todos pudessem ter conhecimento dos presentes na reunião. O Presidente agradeceu ao Secretário de Agricultura do estado do Tocantins Clemente Barros Neto pela acolhida e a José Américo Vasconcelos e toda a sua equipe pelo apoio na realização da reunião. Continuando, falou da prorrogação do prazo para a entrega do CAR para 31/12/2017, ressaltando que esta é uma boa notícia. Informou que o Sr. Fernando Castanheira foi indicado para coordenar o setor de florestas plantadas e borracha no Mapa e destacou a sua competência. Falou da importância da Agenda Estratégica e citou o grupo de trabalho formado na última reunião para se discutir sobre a biomassa, dizendo que os trabalhos estão avançando satisfatoriamente. Dito isto, passou a palavra ao Secretário Clemente Barros. O Secretário se apresentou, agradeceu a todos pela presença e falou da importância do setor florestal para o estado do Tocantins. Informou que no dia seguinte estaria em uma audiência com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Maggi e convidou a todos para participar do Congresso Madeira 2016 que seria realizado nos dias 16 e 17 de junho em Palmas/TO.

Aprovação e Assinatura da Ata da 30ª Reunião Ordinária: a ata foi aprovada pelos membros sem nenhuma ressalva e assinada pelo Presidente e pelos membros presentes na última reunião.

Avisos e Informações da Presidência e da Secretaria da Câmara: o Presidente passou a palavra à



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Caroline Inocêncio para proceder com os avisos da Assessoria das Câmaras Setoriais e Temáticas – ACST. Caroline cumprimentou a todos e informou que a Secretária Aura Domingos se desligou da Assessoria retornando ao setor de Cooperativismo, no qual trabalhava anteriormente. Informou, ainda, que foi indicada para ser a Secretária da Câmara, mas que esse assunto ainda não estava definido; **I) Informes dos assuntos tratados na reunião anterior:** a) fazer uma análise da cobrança da taxa de cadastro e fiscalização ambiental para repassar aos membros para posterior deliberação sobre o assunto. *Situação: Texto recebido em 14/06 e será enviado aos membros para conhecimento;* b) elaborar um texto que sirva de base para o presidente falar sobre a autorização de pagamentos de serviços internacionais pelo INPI com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Situação: O Sr. Totti informou que o caso específico citado na última reunião foi resolvido.* **II) Relatório ASPAR:** Caroline informou que está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> o relatório da Assessoria Parlamentar do MAPA contendo os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e são de interesse do setor.

Esclarecimentos sobre os reflexos da PEC 65 que flexibiliza o processo de licenciamento ambiental

- **Aldo de Cresci / Consultor da Câmara:** dando continuidade à pauta, o Presidente passou a palavra ao Consultor da Câmara, Aldo de Cresci. O Consultor iniciou dizendo que a questão do Licenciamento Ambiental é complexa, visto que, cada estado tem uma maneira de lidar com o assunto. Isso acontece pela enorme extensão do País e a diferença nos seus biomas. Disse que tentou analisar todos os projetos que estavam ligados ao assunto e ao setor e os colocou em uma planilha para que todos tenham acesso, destacando que ela será atualizada constantemente. A planilha está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Referente à PEC 65, ressaltou que esse é um processo complexo e explicou como é o processo de aprovação de uma PEC. Disse, ainda, que a PEC em questão foi apresentada em 2012 e quer incluir um parágrafo no art. 225 da Constituição Federal dispensando o Licenciamento Ambiental quando for apresentado o EIA/RIMA. O Consultor destacou que se a PEC for aprovada, afetará o País como um todo, visto que, a interpretação é que esse dispositivo valerá para qualquer área e não só para as obras de infraestrutura, que foram as motivadoras dessa PEC. Informou que recentemente o Ministério Público emitiu um Parecer contra a PEC e que atualmente ela está na CCJ e o relator designado foi o Senador Randolfe Rodrigues. Aldo destacou que ainda há um longo caminho pela frente e que há outros projetos que impactam o setor, que estão mais adiantados e são mais simples de aprovação e que merecem a atenção do setor, citando o Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Irajá Abreu que libera do licenciamento áreas de até 10 mil hectares e possibilita unificação das licenças. César Augusto dos Reis, representante da Associação Mineira de Silvicultura - AMS, solicitou a palavra e disse que uma das principais razões para a apresentação da PEC é o histórico da Usina de Belo Monte que teve o seu projeto atrofiado pelas ações judiciais e falou do tripé da sustentabilidade. Falou, ainda, da preocupação da área da silvicultura e que não podem carregar um sentimento de culpa por esse item da Constituição estar sendo discutido. Terminando a sua intervenção, ressaltou que o relator é contra o Projeto e que está pessimista quanto a sua aprovação, entretanto torce para que o Brasil cresça no tripé da sustentabilidade. Sebastião Renato Valverde, representante da Sociedade de Investigações Florestais - SIF, falou que a intenção do Projeto era boa, mas que ele acabou ficando muito robusto. Disse que, na época da formação deliberativa dos Licenciamentos Ambientais, vivia-se em um obscurantismo grande e se construiu parâmetros que não deveriam ser criados. Informou que a Dra. Rose, hoje Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, elaborou um estudo robusto a respeito desse tema, destacando que este estudo deveria servir de base para discussões e para dar o suporte aos parlamentares. Para finalizar, o Consultor disse acreditar na flexibilização para questões pontuais e que tenham lógica.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Esclarecimentos sobre a flexibilização da legislação que proíbe estrangeiros de compras de terras no Brasil - Aldo de Cresci / Consultor da Câmara: O Consultor falou que a discussão central é se uma Sociedade Brasileira controlada por capital estrangeiro tem ou não limitação para aquisição ou arrendamento de área rural. Continuando, contextualizou o assunto na esfera jurídica e informou que um Parecer de 2010 criou uma instabilidade jurídica que fez com que os estrangeiros parassem de investir no País, impactando diretamente o agronegócio. Aldo relatou um caso concreto ocorrido no estado de São Paulo de uma empresa que, por uma questão interna, precisou fazer uma cisão e transferir áreas rurais. Essa transferência foi impedida pelos cartórios e a empresa entrou na justiça, que entendeu que uma Sociedade Brasileira controlada por capital estrangeiro pode investir no estado e determinou que a Corregedoria Geral do estado de São Paulo liberasse os cartórios para registro. Diante desse fato, a Corregedoria Geral da União entrou com um Mandato de Segurança contra o estado em São Paulo e a discussão segue no Tribunal Regional Federal - TRF. O Consultor destacou que existem diversos Projetos de Lei em andamento que tentam pacificar este assunto. Informou que no dia 16/06/2015 foi votado, no Plenário da Câmara dos Deputados, favoravelmente ao regime de urgência do PL 4.059 que libera a compra para Sociedades Brasileiras controlada por capital estrangeiro, criando restrições apenas para Organizações Não Governamentais e Fundos Soberanos. Após essa aprovação, iniciou-se uma rodada de negociações com o Mapa pois existia a pressão para colocar limite territorial para compra. Aldo disse que a última minuta elaborada pelo Executivo estabelece limite territorial por estado e área plantada, mas para empresas registradas que tenha mercado aberto e tenha mercado novo não teria um limite. Informou, ainda, que o responsável no Executivo por esse tema é o Ministro Moreira Franco. Para finalizar, destacou que se o PL passar pela Câmara dos Deputados, ele segue para o Senado e se aprovado, ainda está sujeito ao veto Presidencial. O Presidente agradeceu pelas explicações e questionou como ficará caso esse PL não seja aprovado. O Consultor explicou que ficará como funciona hoje, que libera para a compra as empresas que tenham até 49% de capital estrangeiro sem direito a voto, através do direito de superfície e por parceria rural.

Riscos fitossanitários para a agricultura brasileira decorrentes da importação irregular de Turfa de Esfagno - Bruno Simões Corrêa: O Presidente passou a palavra a Bruno Simões que agradeceu pela oportunidade de falar sobre o tema e disse que a ideia é fazer uma alerta sobre o assunto, visto que, há riscos de problemas futuros para o setor. Iniciando a sua apresentação, Bruno apresentou as pragas conhecidas habitantes de solo, sem método analítico oficial determinado pelo MAPA, que podem ser introduzidas pela Turfa de Esfagno importada e as culturas de relevante importância econômica para agricultura brasileira que podem ser afetadas pelos patógenos, assim como os danos à agricultura provocados pelas pragas. Relatou as falhas nas barreiras fitossanitárias do Mapa e apresentou um rol de pareceres técnicos que apresentam a detecção de patógenos na Turfa de Esfagno importada. Para finalizar, apresentou as medidas em andamento no Mapa e as recomendações para sanar esse problema. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu pela apresentação e abriu a palavra aos membros para considerações e questionamentos. Carlos José Mendes, representante da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal - Apre, parabenizou Bruno pela apresentação e questionou se a turfa importada está sendo utilizada na produção de mudas florestais. Bruno explicou que há essa possibilidade, pois, a turfa é utilizada na produção de substratos. Diante disso, solicitou que a Câmara encaminhe um ofício com as recomendações apresentadas. O Presidente colocou o assunto em votação e todos concordaram. Caroline solicitou, então, que Bruno elabore uma minuta de ofício com o requerimento, contextualizando toda a problemática. Essa minuta deve ser enviada à ACST que a colocará no formato de Ofício da Câmara,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

circulará entre os membros que terão 10 dias para se manifestarem. Após esse prazo a demanda será encaminhada via ACST para acompanhamento.

Encaminhamento: elaborar um ofício contextualizando a problemática da importação da Turfa de Esfagno, com os requerimentos de forma clara e precisa para enviar à ACST, que o colocará nos padrões de Ofício da Câmara e submeterá aos membros para apreciação, para posterior encaminhamento ao departamento competente. **Responsável:** Bruno Simões – Inpas.

Instrução Normativa para a Vespa da Madeira - Edson Tadeu / Embrapa: continuando, o Presidente convidou Edson Tadeu Iede, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, para proceder com a sua apresentação. Edson agradeceu a oportunidade e iniciou fazendo um histórico da detecção e das ações de monitoramento e controle de *Sirex noctilio*, conhecido popularmente como vespa da madeira. Relatou o plano de controle adotado pela Embrapa e os resultados do projeto. Apresentou o conceito de Praga Quarentenária A2 e expôs os motivos pelos quais está sendo solicitada a revisão da Portaria 125 excluindo *Sirex noctilio* do rol de Praga Quarentenária A2. Dito isso, solicitou o apoio da Câmara no pleito. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu pela apresentação e abriu a palavra aos membros. Marcílio Caron Neto, representante da Indústria Brasileira de Árvores - Ibá, fez uso da palavra e disse apoiar a iniciativa, visto que, essa medida é necessária pois onera as empresas. Carlos Mendes parabenizou Edson pela apresentação e manifestou o seu apoio ao pleito. Não tendo mais intervenções o Presidente colocou o assunto em votação e todos concordaram pelo encaminhamento de um ofício da Câmara solicitando a exclusão do *Sirex noctilio* do rol de Praga Quarentenária A2. O responsável pela elaboração do ofício será o Sr. Edson Tadeu Iede que o enviará à ACST para os encaminhamentos devidos.

Encaminhamento: elaborar ofício solicitando a exclusão do *Sirex noctilio* do rol de Praga Quarentenária A2 para enviar à ACST, que o colocará nos padrões de Ofício da Câmara e submeterá aos membros para apreciação, para posterior encaminhamento ao departamento competente. **Responsável:** Edson Tadeu Iede – Embrapa.

Projeto SIFLOR Cerrado - Prof. Antonio Rioyei Higa / USP: o Presidente passou a palavra ao Professor Antônio Higa para falar sobre o Projeto SiFlor Cerrado. Antônio Higa se apresentou e agradeceu à Câmara pela oportunidade de apresentar esse projeto a todos. Começou explicando o que é o SiFlor Cerrado, o porquê da idealização do projeto e os parceiros envolvidos. Apresentou, também, a abrangência do módulo do Cerrado e as informações que serão disponibilizadas. O Professor mostrou o SiFlor Paraná que já está disponível para uso para que todos pudessem ter uma ideia de como funciona o programa. Para finalizar, disse que necessitará do apoio de todos para validação dos dados que serão disponibilizados no Programa. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Luciana Duque Silva, representante da Esalq/USP, ressaltou que os mapas climáticos serão mensais para que o produtor possa fazer um cronograma e que as recomendações serão tanto para monocultivos, quanto para integração pecuária, lavoura e florestas. Professor Valverde fez uso da palavra e parabenizou a todos os envolvidos pelo excelente trabalho e disse que é chefe do departamento florestal na UFV, informando que estão com uma equipe nova e colocou o departamento à disposição.

TCFA - Taxa Cadastro Fiscalização Ambiental - IBAMA - Mauro Murara / ACR: o Presidente convidou Mauro Murara Júnior, representante da Associação Catarinense de Empresas Florestais de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Santa Catarina - ACR que iniciou falando dos transtornos causados por essa taxa que foi implementada pela Lei 6938/81 para acompanhamento das atividades potencialmente poluidoras. Destacou que essa taxa a princípio é figurativa, visto que, a fiscalização não é realizada e só cria um imbróglgio burocrático. Disse, ainda, que alguns estados não exigem o licenciamento ambiental para a silvicultura, entretanto continuam cobrando essa taxa. Mauro afirmou saber que a cobrança está blindada juridicamente, mas que é necessário se fazer alguma coisa e na sua opinião o mais viável é tirar a silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras. Celso Trindade fez uso da palavra e destacou que os produtores, nos estados, ainda se reportam aos órgãos relacionados ao Ministério do Meio Ambiente - MMA mesmo a que a pasta tenha ido para o Mapa. Sidney Almeida Filgueira de Medeiros, representante da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo – SMC/Mapa, informou que a solicitação de retirada da silvicultura da lista de atividades potencialmente poluidoras está contemplada em um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional e que o Mapa foi consultado sobre o assunto e emitiu uma Nota Técnica se manifestando favoravelmente à exclusão da silvicultura desse rol. Disse, ainda, que nada melhor do que a Câmara Setorial de Florestas Plantadas para se manifestar a respeito do assunto. Referente à mudança do locus institucional da silvicultura, falou que não é porque ele saiu do MMA que não existe nenhum vínculo. Adonias Reis relatou que o estado de Minas Gerais está providenciando a mudança do locus no estado e acredita que isso facilitará as ações. Diante da discussão, o Presidente propôs que a Câmara referende a Nota Técnica emitida pelo Mapa e todos concordaram.

Encaminhamentos: elaborar um ofício a ser enviado ao Senado Federal referendando a Nota Técnica emitida pelo Mapa que se manifesta de forma favorável à exclusão da silvicultura da lista das atividades potencialmente poluidoras. **Responsável:** Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – ACST.

Assuntos Gerais: o Presidente abriu a palavra aos membros para tratar de outros assuntos pertinentes à reunião. Marcílio Caron, solicitou a palavra e relatou que na última reunião foi abordado o tema da importação de sementes e material vegetativo da Argentina e do Chile e destacou que existem processos que estão em análise há mais de cinco anos. A justificativa do Mapa é que não tem pessoal suficiente para fazer as análises, mas essa demora atrapalha e muito o setor. Para finalizar a sua intervenção, Caron entregou um ofício protocolado no Mapa para que a Câmara solicite prioridade na solicitação de análise da proposta de requerimento de análise de risco de pragas para importação de plântulas e sementes de *Pinus taeda*. O Presidente colocou o assunto em discussão e com a aprovação de todos, o ofício será elaborado, circulado entre os membros para aprovação e posterior encaminhamento. Jorge Antônio Heineck, representante da Associação Gaúcha de Empresas Florestais - Ageflor, entregou um dossiê de um processo que solicita a declaração de emergência fitossanitária para o controle do Cascudo Serrador da Acácia Negra no Rio Grande do Sul. O Presidente informou que seria elaborado um ofício da Câmara solicitando prioridade neste assunto que seria repassado aos membros para aprovação e posterior encaminhamento. Dito isto, passou a palavra à José Américo Vasconcelos, Diretor de Políticas para Agricultura e Agronegócio da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - Seagro. José Américo deu as boas-vindas a todos no estado do Tocantins e falou do problema sério enfrentado no estado na comercialização do produto florestal. Relatou que as plantações de florestas se iniciaram no centro norte do estado e mais recentemente na região sul de forma significativa. Disse que precisa do apoio da Câmara Setorial para procurar soluções para o setor e ressaltou que se não tiver uma solução a curto prazo a cadeia produtiva no estado será comprometida. João Gomes Barbosa disse ser o responsável pela gerência de agricultura e baixa emissão carbono na Seagro e representa a Secretaria no Conselho Estadual do Meio Ambiente no Estado do Tocantins - Coema/TO. Informou que o Coema/TO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

contratou uma consultoria para fazer um estudo sobre a legislação ambiental e nesse estudo foi sugerido um plano estadual de florestas. A área de plantação de florestas foi repassada à Seagro para que ela, se julgasse necessário, elaborasse uma legislação específica. João Gomes disse que o objetivo em apresentar essa situação à Câmara é ouvir dos membros a experiência de outros estados e se essa solução é viável. Marcilio Caron afirmou que Tocantins é um estado novo e sugeriu que eles se baseassem no estado do Mato Grosso do Sul que trouxe políticas para atender os produtores. Ressaltou que o Tocantins é um estado estratégico e tem que ter atratividade para investimentos, destacando que uma das opções é não se criar impedimentos para a instalação de empresas florestais no estado e que isso já está acontecendo. O Presidente falou que o importante é que o estado tenha boas políticas públicas. Fausto solicitou a palavra para relatar um fato ocorrido no dia 10 deste mês em que teve uma carga de teca retida por Fiscais Federais Agropecuários por falta de autorização do Ibama. O fato já foi resolvido, entretanto o Fiscal ficou resistente em liberar a carga e só liberou na condição do Ibama de Santos/SP ratificar que a carga é de fato teca. Fausto ressaltou que isso já é feito e que essa exigência abre um precedente que caminha para o retrocesso para o setor. O Presidente solicitou que o Consultor relatasse brevemente o andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado na última reunião para tratar da biomassa. Aldo relatou que já foi repassado o primeiro esboço do estudo aos membros do grupo e que o próximo passo será marcar uma reunião presencial do grupo. O Presidente agradeceu e teceu elogios ao grupo de trabalho.

Encaminhamentos: I) elaborar um Ofício solicitando prioridade na solicitação de análise da proposta de requerimento de análise de risco de pragas para importação de plântulas e sementes de *Pinus taeda*.

Responsável: Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – ACST; **II)** elaborar um Ofício solicitando prioridade na solicitação de declaração de emergência fitossanitária para o controle do Cascudo Serrador da Acácia Negra no Rio Grande do Sul feita pela Ageflor. **Responsável:** Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – ACST.

Encerramento: o Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às dezessete horas e trinta minutos, e eu Caroline Stephany Inocência lavrei a presente ata.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	MAPA, Ed Sede, Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250		
Data da reunião:	17/08/2016	Hora de início:	14:00
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------